RESENHAS

O VELHO PTB: Novas Abordagens

Getulismo e trabalhismo, Ângela de Castro Gomes e Maria Celina Soares D'Araújo. São Paulo. Ática, 1989. 88 p.
O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964, Maria Vitória Benevides. São Paulo, Brasiliense: CEDEC, 1989. 171 p.
PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964), Lucília Neves Delgado. São Paulo, Marco Zero, 1989. 317 p.

Dulce Chaves Pandolfi

No final da década de 70, quando o país retomava o curso do processo democrático interrompido em 1964, a herança de Vargas e do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era objeto de acirrada disputa política. Na área acadêmica, temas como trabalhismo, getulismo, petebismo e nacionalismo despertavam o interesse dos pesquisadores, estimulando uma importante produção em torno da qual o debate apenas se inicia.*

Neste artigo comentaremos parte dessa produção, confrontando *Getulismo e trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes e Maria Celina Soares D'Araújo, *O PTB e o trabalhismo*, de Maria Vitória Benevides, e *PTB: do getulismo ao reformismo*, de Lucília Ne-

*Sobre o assunto, podemos destacar, além das obras aqui resenhadas, as de: Miguel Bodea, *O Partido Trabalhista no Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Iuperj, 1979; Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice, 1988; Maria Celina Soares D'Araújo, *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*, Rio de Janeiro, Iuperj, 1989.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 274-284.

ves Delgado. Conjugando reflexões analíticas anteriores com uma gama de fontes primárias escritas e orais, esses trabalhos, a despeito das diferentes abordagens, procuram resgatar a história do velho PTB.

O livro pioneiro de Ângela Gomes e Maria Celina D'Araújo analisa o PTB, das suas origens em 1945 até o suicídio de Vargas em 1954, elegendo como tema básico as relações do trabalhismo com o getulismo. Por ter tido uma importância vital para a configuração ideológica e organizativa do PTB, Vargas é uma peça-chave do texto.

Benevides estuda o PTB paulista, desde a fundação até a sua extinção em 1965, privilegiando a atuação do partido junto aos sindicatos e ao governo.

Lucília Delgado, por sua vez, ao fazer uma reconstituição da trajetória vivida pelo PTB ao longo do ciclo populista (1945-1964) centra a análise na relação do partido com Vargas, o Estado e o movimento sindical. Por ser mais abrangente e analisar de forma mais detalhada a relação do partido com os sindicatos, questão que nos interessa particularmente, o trabalho de Lucília Delgado servirá de roteiro para esta discussão.

Ao longo de sua análise, Lucília Delgado procura explorar as continuidades e descontinuidades presentes na vida do PTB. A linha de continuidade se daria através do forte vínculo de origem com o getulismo e o fisiologismo dele decorrente. A descontinuidade se expressaria por meio de um projeto de cunho mais reformista, que teria adquirido vulto em meados da década de 50.

Marcado por profundas lutas internas entre tendências e facções diversas, Delgado distingue dois grupos básicos, presentes desde a criação do partido: o grupo dos pragmáticos e fisiológicos, mais identificados com Vargas e oriundos da burocracia estadonovista, e o grupo mais doutrinário e reformista, cuja expressão maior era cultivar o carisma de Vargas, para o segundo o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista, socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. O convívio difícil entre essas duas facções percorreria a história do partido. Minoritários durante um longo período, os "doutrinários" passariam a dominar o partido no momento de declínio do getulismo, iniciado após a morte de Vargas.

A tese central defendida por Lucília Delgado é que de um projeto nitidamente getulista, personalista e clientelista, o PTB teria evoluído para um projeto primordialmente reformista, mais ideológico e, conseqüentemente, menos fisiológico e personalista. Entretanto, a convivência ambígua e conflituosa entre fisiologismo e reformismo teria acarretado enormes dificuldades para o PTB, fazendo dele uma instituição paradoxal.

Enfatizando o aspecto personalista e carismático, Ângela Gomes e Maria Celina D'Araújo defendem a tese de que o PTB, ao representar a agremiação que deveria herdar o carisma de Vargas, teve enorme dificuldade para se estruturar como partido. Envolvido em grandes disputas internas, o PTB, até o fim da década de 50, não obstante o seu crescimento eleitoral, não conseguiu se transformar numa organização com força proporcional à do prestígio do seu chefe.

Quanto ao livro de Maria Vitória Benevides, a grande indagação é saber até que ponto o PTB paulista, marcado por intensas divisões internas e pela presença ostensiva de industriais e altos burocratas, conseguiu ser um instrumento de identificação com as lutas sindicais e trabalhistas.

O PTB e os sindicatos

Estreitamente vinculado à bandeira do trabalhismo, o PTB foi gerado dentro do

Ministério do Trabalho, em pleno processo de transformação do Estado Novo. Seu objetivo inicial era dar sustentação a um projeto através do qual o getulismo pudesse se viabilizar como poderosa força no cenário nacional (Delgado: 14).

O Estado Novo, ao mesmo tempo que elegeu o trabalhismo como sua ideologia principal, criou um movimento de opinião pública favorável à figura de Vargas: o getulismo. Centrado na obra social do ditador e no tipo de relação direta e emocional que ele mantinha com a massa trabalhadora, o trabalhismo, como ideologia política, era, juntamente com o getulismo, uma invenção do Estado Novo (Gomes e D'Araújo: 35).

Se, durante a fase ditatorial, getulismo e trabalhismo eram termos complementares e totalmente associados a Vargas, na fase democrática o mesmo não iria ocorrer. Enquanto "o getulismo vai ter a marca indelével da personalização, o trabalhismo acabou por ganhar novas lideranças, e por vezes, perfis mais independentes em relação ao seu marco de origem.

Sem se apresentar como um corpo doutrinário suficientemente estruturado, o trabalhismo foi sendo apropriado de diversas formas e influenciou a criação de vários partidos, como, por exemplo, o Partido Social Trabalhista (PST); o Partido Trabalhista Nacional (PTN); o Partido Republicano Trabalhista (PRT); o Partido Orientador Trabalhista (POT); o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), além do PTB, sem dúvida o mais significativo de todos eles" (Gomes e D'Araújo: 9).

Em São Paulo, como nos demais estados, o PTB é também profundamente dependente do apelo getulista (Benevides: 94).

Para funcionar como canalizador das reivindicações dos trabalhadores, o PTB deveria fazer dos sindicatos o seu local privilegiado de atuação. Como os sindicatos no Brasil se encontravam atrelados ao Estado, este teria em última instância um papel fundamental na condução do movimento sindical. PTB e sindicatos, mesmo com estruturas diferenciadas, estariam entrelaçados pela atuação do Ministério do Trabalho, como representante do Estado. O tripé Estado-partido-sindicato comporia uma espécia de amálgama que, com intensidade variada, estaria presente durante todo o ciclo populista. "A natureza da inter-relação Estado-PTB-sindicato apresentou características de permanência no decorrer de toda a história real do PTB" (Delgado: 294).

Um dos pontos em que nos deteremos é exatamente o da relação PTB-sindicato-Estado ou PTB-sindicato-Vargas. Com ênfase e perspectivas diferenciadas, esse ponto é abordado nos três textos analisados. Entretanto, a relação de dependência entre as partes que compõem aquele tripé deveria ser mais aprofundada.

Nossa questão central refere-se à simbiose que geralmente é atribuída à articulação entre PTB e sindicato.

Ao analisar a relação de interdependência partido-sindicato, Lucília Delgado vai na maioria das vezes, buscar no PTB a argumentação para justificar as modificações ocorridas no movimento sindical. Sobre o imediato pós-Estado Novo, diz a autora:

"A forte vinculação PTB-sindicato-Estado, através de uma constante interpenetração de objetivos e estruturas, passará a ser indicativo importante dos rumos adotados pela atuação dos sindicatos naquela conjuntura (...). Muitas das proposições programáticas do PTB serão adotadas integralmente pelo movimento sindical daqueles anos, chegando a orientar, inclusive, sua linha de militância e mobilização (...). A contra partida dessa aliança para os trabalhadores é a procura de garantia de sua participa-

ção, de sua inclusão na arena da cidadania" (Delgado: 15 e 17).

Concordamos com Delgado quando ela afirma que o PTB foi um instrumento que, com todas as limitações, forçou passagem e contribuiu sobremaneira para o comparecimento dos setores populares na arena da cidadania (Delgado: 79). Entretanto, ao ressaltar sistematicamente a força do partido, a autora deixa em segundo plano o papel que os próprios sindicatos tiveram nesta inserção dos trabalhadores na sociedade política.

Maria Vitória Benevides sustenta a tese de que o PTB em São Paulo, mesmo disputando com os comunistas, os janistas e os ademaristas, tinha uma identificação com os trabalhadores e com os seus sindicatos. Contudo, a autora procura "qualificar" este tipo de identificação:

> "Não afirmamos que o PTB paulista era fraco porque não tinha identificação com os trabalhadores e seus sindicatos mas, sim que essa identificação manteve-se, enquanto organização, no nível mais tradicional de representação política conhecida no Brasil: elitista, da cooptação pelo peleguismo, de maneira a formar, no máximo, um partido para os trabalhadores, e não de trabalhadores" (Benevides: 21).

Ângela Gomes e Maria Celina D'Araújo não se detêm na relação do PTB com o movimento sindical, enfatizando a relação do partido Vargas. Todavia, é como se a questão sindical emergisse forçosamente em suas reflexões.

Mesmo não pretendendo analisar acuradamente o papel do PTB como instrumento de representação política dos trabalhadores, as autoras afirmam que o trabalhador sindicalizado era, por excelência, a matéria prima do trabalhismo getulista.

> "O que se buscava era exatamente dar uma chance aos representantes sindicais e, com isso, centrar no partido a marca do trabalhador sindicalizado (...). Por tudo isso o PTB foi o lado mais modernamente organizado da política trabalhista: os sindicatos tornavam-se as bases efetivas de um partido político (...). Enquanto partido, o PTB estava assentado nos sindicatos" (Gomes e D'Araújo: 36-38).

A questão da relação entre o PTB e os sindicatos, analisada à luz de algumas conjunturas específicas, pode ser um bom ponto de partida para o aprofundamento do exame da interdependência do tripé partido-Estado-sindicato e, portanto, para o esclarecimento de algumas ambigüidades e paradoxos detectadas na história do PTB.

O PTB de Vargas

O PTB de Vargas "surge como um partido que tem por função canalizar os esforços investidos pelo Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores, e nestes termos, ele foi bem sucedido" (Gomes e D'Araújo: 37).

Sem dúvida o Estado Novo havia sido bem-sucedido na montagem de uma estrutura corporativa de organização de classe operária e Vargas havia consolidado seu prestígio junto aos trabalhadores. Contudo, ficam algumas dúvidas que merecem uma investigação mais profícua.

Se o Estado Novo havia sido tão bem-sucedido na cooptação da classe trabalhadora, se sua matéria-prima era o trabalhador sindicalizado, por que no imediato pós-Estado Novo os comunistas tinham tanta expressão no movimento sindical?

Trabalhos mais específicos sobre a conjuntura 1945-1947 questionam a importância atribuída ao PTB junto aos segmentos

mais organizados da classe trabalhadora, tanto do ponto de vista sindical quanto do partidário-eleitoral.*

Disputando palmo a palmo com o Partido Comunista do Brasil (PCB) a direção do movimento sindical, a posição anticomunista havia sido predominante no momento de criação do PTB. Se o anticomunismo não foi a razão de ser do partido, ele se tornou um meio necessário para que o projeto de vinculação Vargas-PTB- sindicato se tornasse eficaz (Delgado: 46).

Com forte influência no movimento sindical e maior liderança nos centros mais combativos da classe trabalhadora, os comunistas representavam nesse momento uma ameaça para os petebistas.

Nas eleições de 1945, o PTB, a despeito de sua fragilidade interna, conseguiu, graças a Vargas, situar-se como a terceira força partidária do país, num espectro de 13 agremiações. O PCB obteve a quarta colocação. Entretanto, se o PTB "existia através das urnas, ele era quase uma ficção em termos organizacionais. Sua destruição no entanto envolveria necessariamente o fortalecimento do PC" (Gomes e D'Araújo: 34).

Além das deficiências internas, o PTB enfrentava um sério dilema de identidade, entre ser um partido dos trabalhadores ou ser um partido de Vargas. O grande desafio colocado era estruturar o PTB como organização política e construir um trabalhismo distinto do de Getúlio (Gomes e D'Araújo: 35). Ao que tudo indica, deste desafio o PTB sairia parcialmente derrotado.

A despeito das enormes dificuldades, o PTB consegue se estruturar enquanto organização política, mas o trabalhismo permanecerá atrelado ao getulismo.

Entre 1945 e 1947, mesmo sem alteração da estrutura corporativa, mas diante da relativa liberdade decorrente do processo de redemocratização, o movimento sindical cresceu. A classe operária e os agrupamentos nela atuantes desenvolveram uma série de ações independentes do Estado, propondo liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres nos sindicatos. Atuando dentro dos sindicatos, o PCB, que havia sido legalizado em 1945, estimulava o surgimento de entidades autônomas, cujo melhor exemplo é o MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores). Este órgão intersindical ia de encontro à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1934, que proibia a formação de confederações gerais de trabalhadores. Desse movimento também participava o PTB.

É importante ressaltar que apesar do Estado Novo ter montado uma eficiente estrutura corporativa, tanto comunistas como até mesmo petebistas defendiam nos anos 1945 e 1946 algumas propostas de autonomia que contrariavam, pelo menos em parte, a concepção estadonovista acerca do movimento sindical.

Parte das respostas para estas indagações se encontram nos textos que orientam esta discussão. A questão da autonomia, por exemplo, é abordada por Delgado quando trata da criação do PTB.

Ao pretender mobilizar os trabalhadores em torno de um programa voltado para seus interesses específicos, o PTB nasceria com uma ambivalência intrínseca: "... de um lado, suas raízes sugavam a seiva do paternalismo e do controle; do outro, pelo teor mobilizador e até reformista inerente a seu programa, surgia como uma alternativa nova para a organização popular na qual não estaria inteiramente descartada uma via potencialmente autonomista" (Delgado: 74).

---

*Ver, por exemplo: Ricardo Maranhão, *Sindicatos e redemocratização - Brasil 1945/1950*, São Paulo, Brasiliense, 1979; Arnaldo Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo*, São Paulo, Símbolo, 1980; Aziz Simão, "O voto operário em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (1): 130- 41, dez. 1956; Aziz Simão, *Sindicato e Estado*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966; Silvio Frank Alem, *Os trabalhadores e a redemocratização*, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1981 (mimeo).

De acordo com Delgado, a necessidade de elaborar um programa que tivesse grande capacidade de atrair os trabalhadores em torno da legenda provocou o surgimento de temas de alto teor reformista, trazendo o germe ou, pelo menos, a potencialidade de autonomia do partido em relação ao Estado. As propostas reformistas que surgiram concomitantemente com o nascimento do PTB e floresceriam gradualmente, como prática e bandeira da luta partidária e sindical, poderiam apontar para uma possível, apesar de nunca efetivada plenamente, autonomia do partido em relação ao Estado. Segundo essa análise, a perspectiva de autonomia, embora presente no nascimento do partido, floresceria gradualmente para atingir o ápice na década de 60 (Delgado: 78 e 79). Todavia, podemos observar que, no imediato pós-Estado Novo, propostas autonomistas ganhariam força no movimento sindical. Numa postura ambígua, o PTB ora endossava, ora rejeitava as posições de maior autonomia face ao Estado.

Em São Paulo, a ambigüidade do PTB entre a "mobilização" e o "controle" acompanha toda a trajetória do partido. Conforme Maria Vitória Benevides, embora comunistas e petebistas tenham atuado juntos nas lutas queremistas do final do Estado Novo, no pós-Estado Novo os petebistas agiram com menos independência em relação às lutas sindicais e ao movimento grevista: "Nas manifestações freqüentes neste período contra os 'pelegos' e os 'ministerialistas', os comunistas atuam com grande destaque, deixando aos trabalhistas a tarefa inglória de apaziguar os ânimos" (Benevides: 122).

O PTB com Vargas

O início dos anos 50 teria sido, conforme Lucília Delgado, o ponto de partida de uma arrancada que levaria o PTB a comprometer-se em grau crescente com as bandeiras do nacionalismo e do reformismo. Coincidentemente, esta seria uma das fases mais conturbadas da história do partido.

Eleito oficialmente pela coligação PTB-PSP, mas identificado como um candidato suprapartidário, Vargas, preocupado em fazer um governo de conciliação nacional, organizou seu ministério com a participação de diversas agremiações. Ao PTB caberia unicamente a pasta do Trabalho, fundamental para a política de cooptação e controle dos sindicatos e manifestações populares.

O discurso e a prática do presidente se voltavam para sobrepor a participação sindical à partidária. De postura nitidamente autoritária, que privilegiava a relação direta povo- governante, Vargas temia que o crescimento do PTB ultrapassasse seu controle e o do Estado. Portanto, caberia ao PTB atuar "como retaguarda de mobilização e apoio popular a Vargas, como ponte junto ao movimento sindical e aos trabalhadores, como força de reserva facilmente acionável para a legitimação do governante (Delgado: 98).

No que diz respeito às organizações sindicais, estas deveriam estar na linha de frente da participação popular, mas seu vínculo ao Ministério do Trabalho, intermediado por políticos do PTB, deveria funcionar como uma garantia de que os conflitos classistas seriam canalizados para o âmbito do Estado. Ou seja, segundo a tática de Vargas, as reivindicações e os conflitos sociais deveriam ser amortecidos na relação aparelho de Estado- partido-sindicato.

Não é surpresa que tanto o partido quanto os sindicatos tenham falhado na missão que lhes era destinada por Vargas, o chefe supremo de ambos. A conduta de Vargas tensionava a relação entre o PTB e os sindicatos. A presença do líder carismático na chefia do governo já era por si só um elemento que estimulava a mobilização popular. Esta, entretanto, deveria ser canalizada

para o apoio ao governo. Nestas circunstâncias, intermediar a relação entre o governo e os sindicatos não era uma tarefa fácil para o PTB, justamente o partido daquele líder.

Em São Paulo, o PTB, a despeito do seu fraco desempenho eleitoral, dispunha de eficientes recursos de poder na máquina administrativa. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT), uma espécie de braço direito do Ministério do Trabalho, teve um importante papel de conciliação, servindo de anteparo aos movimentos grevistas do período (Benevides: 104).

Através da estratégia organizada por Vargas para fazer funcionar o seu modelo, podemos acompanhar a evolução da tensão entre o partido e os sindicatos.

Ao mesmo tempo em que declarava sua intenção de instaurar um governo trabalhista, Vargas restringia a participação do PTB no governo. Confiante em sua relação direta com os trabalhadores e tentando o apoio dos setores oposicionistas para realizar um governo de conciliação, o presidente não fortalecia seu partido. Diante das crises sucessivas, em agosto de 1953 Vargas reformulou todo o seu gabinete e nomeou o presidente do PTB, João Goulart, para a pasta do Trabalho.

Conforme Lucília Delgado, a ascensão de Goulart representou um marco na trajetória do PTB. Seria o início da consolidação do projeto mais reformista, programático e ideológico. Ao adotar um estilo informal de diálogo com os dirigentes sindicais e uma tática de mobilização e controle do movimento, Goulart inaugurou uma nova fase no Ministério do Trabalho, classificada por diversos analistas como "populismo radical" (Delgado: 150).

Sem dúvida, o "estilo informal e flexível no tratamento das questões sociais" adotado por João Goulart repercutiu positivamente no movimento sindical. Entretanto, mais importante do que constatar o "novo estilo" inaugurado pelo ministro, é indagar por que o ministro adotou esse novo estilo. Tanto ele quanto os comunistas aproximavam-se dos sindicatos por perceberem no trabalhador sindicalizado um ator fundamental que, em decorrência da própria dinâmica do processo social, assumia maior autonomia frente ao Estado, a Vargas e ao próprio PTB.

Diante da crise profunda do governo e das críticas dos setores oposicionistas, que acusavam o ministro de querer implantar uma república sindicalista no país, Goulart foi exonerado do ministério. Segundo Delgado, a curta gestão de Jango não foi suficiente para que o partido e as organizações sindicais se transformassem "em um suporte eficaz para sustentação de um governo que vivia uma crise aberta e aguda" (Delgado: 153).

Este é um outro aspecto que pode ser questionado. No que diz respeito ao partido, de fato, um PTB forte teria sido provavelmente um suporte eficaz para Vargas. Quanto aos sindicatos, talvez a questão pudesse ser invertida, ou seja, os sindicatos já não eram tão frágeis ou tão dóceis a ponto de apoiar Vargas, como o haviam feito durante o regime ditatorial. Em última instância, o que o presidente pretendeu foi "vivificar a força do trabalhismo construída no Estado Novo" (Gomes e D'Araújo: 55). Em vão. Paradoxalmente a "criatura" de Vargas voltava-se contra o criador.

Na realidade, o PTB não foi um grande partido neste período. Além de ter fraca participação ministerial, seu desempenho no Congresso foi pouco significativo (Gomes e D'Araújo: 67).

As dificuldades para a transformação do PTB em um partido forte advinham do próprio vínculo de origem com o getulismo. O fato de Vargas ser maior do que o partido trouxe grandes problemas para ambos. Se este fato "dava a Vargas um grande espaço de manobra, que se por ele foi habitualmente explorado, também lhe trouxe o incômodo de não proporcionar uma força suficientemente institucionalizada para ga-

rantir o apoio necessário ao seu segundo governo (1951-1955)" (Gomes e D'Araújo: 10).

A crise do governo Vargas teria como desfecho o suicídio do presidente. Para o PTB, este era um momento de redefinições. Com a morte de Vargas "se dilui o epicentro decisório da agremiação que havia até aquela data bloqueado a projeção de forças autônomas" (Delgado: 180). Conforme Lucília Delgado, a partir de 1953, com a atuação de Goulart na pasta do Trabalho, e em 1954, com a morte de Vargas, implantaram-se os primeiros sinais de ruptura. Insistindo na simbiose entre partido e sindicato, a autora considera que foi a partir desse momentoque tanto os sindicatos quanto o PTB avançaram sobre o aparelho de Estado, tentando superar os limites por ele traçados anteriormente. Se estes dois marcos de referência são significativos para a história do PTB, para o movimento sindical a sua significação é menor.

Sem dúvida, uma postura mais liberalizante por parte do Ministério do Trabalho durante o governo Vargas aumentou a competição política e reativou o movimento. Mas esta ebulição e tentativa de superar os limites traçados pelo Estado já haviam ocorrido no pós Estado Novo. Foi sobretudo com a forte repressão que se abateu sobre o movimento sindical, a partir do segundo ano do governo Dutra, que ocorreu um refluxo.

No início dos anos 50, diante de um novo fluxo, o PTB e o PCB, preocupados em não perder o bonde da história, buscaram uma aproximação maior com os sindicatos que, segundo a própria Lucília, eram considerados pelos trabalhadores, "por tradição e por efeito do trabalhismo getulista, como seus legítimos órgãos de classe" (Delgado: 163).

É no movimento sindical que se pode buscar a explicação para os paradoxos da história do PTB, um dos quais é certamente a aproximação com os comunistas.

A despeito de Vargas ou de Goulart, o processo de transformação sofrido pelo PCB permitiu uma aproximação tática entre as duas agremiações rivais. De fato, era uma aproximação tática, que tinha como móvel a disputa em torno de um mesmo objeto cobiçado: os sindicatos.

Colocados na clandestinidade em maio de 1947, graças inclusive à participação do PTB, os comunistas haviam se afastado das bases operárias. Avaliando o governo Dutra como de traição nacional, o PCB lançou em 1950 o Manifesto de Agosto, que definia o regime como uma ditadura feudal burguesa a serviço do imperialismo. Preconizava uma solução revolucionária que deveria ser articulada em torno de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, sob a liderança do proletariado. Nessa época o PCB pregou o voto nulo, abandonou os sindicatos oficiais e, sem sucesso, tentou criar sindicatos paralelos.*

Em 1952, em dissonância com o Manifesto de Agosto, foi lançado um documento, de autoria de Hércules Corrêa e Roberto Moreira, propondo a inserção do PCB junto aos sindicatos oficiais. A direção do partido, mesmo considerando o governo de Vargas em sua essência reacionária e conciliador com os interesses dos grandes latifundiários, aceitava a sugestão dos seus dirigentes sindicais (Delgado: 164). Na tentativa de romper o isolamento, o PCB propôs uma aliança com as forças vivas do movimento sindical. Juntos, comunistas e petebistas defenderam a unidade em torno dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e participaram da campanha de sindicalização.

---

*Sobre o processo de transformação do PCB ao longo do ciclo populista, ver o artigo de Luiz Werneck Vianna, "Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB", no livro *A transição. Da Constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro, Revan, 1989.

Os comunistas haviam sido amplamente favorecidos com o decreto, assinado durante o governo Vargas, extinguindo o atestado de ideologia para os dirigentes sindicais. Os efeitos da aliança entre PTB e PCB repercutiram de imediato no movimento sindical, cujo efeito maior foi a greve dos trezentos mil, em 1953 (Delgado: 164).

Nesse momento, em que o movimento de massas extrapolava os sindicatos oficiais, as divisões internas no PTB se tornavam mais explícitas. Em São Paulo, por exemplo, enquanto alguns setores do partido estavam envolvidos com o surgimento de organizações paralelas como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), outros buscavam aliança com os janistas "para enfrentar a crescente força da esquerda comunista e do trabalhismo independente" (Benevides: 123).

Ao insistir sempre no processo de evolução do PTB de uma linha mais fisiológica para uma mais reformista, Lucília Delgado afirma que o vácuo provocado pela morte de Vargas "foi um campo fértil para germinar e brotar uma nova geração de petebistas ainda pouco comprometida com o poder e portanto mais aberta a fazer aliança de cunho mais programático" (Delgado: 180). Elementos como Almino Afonso, Leonel Brizola, Francisco Ferrari, Sérgio Magalhães e Doutel de Andrade, mais desvinculados do projeto getulista e inspirados nas idéias de Pasqualini, defendiam, segundo Lucflia Delgado, um reformismo social "substancialmente diferenciado do esquema de continuidade na transformação que predominara quando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro" (Delgado: 179).

O PTB sem Vargas

Ao redefinir seus novos rumos e aliados, o PTB afastava-se do antigo parceiro, o PSD. Se no início dos anos JK a aliança PSD-PTB atingiu seu "ponto ótimo", no final do período a aliança estava praticamente desfeita. No Congresso Nacional, diante das bandeiras de reformas sociais, principalmente a da reforma agrária, a facção dominante do PSD foi buscar apoio nos udenistas.

No que diz respeito à relação Estado-partido-sindicato, coube ao vice-presidente da República João Goulart o papel de mediador. Durante o início do governo JK, a política de contemporização adotadaalcançou resultados positivos. Entretanto, "as contradições inerentes ao projeto desenvolvimentista de JK – internacionalização da economia, apesar do discurso nacionalista; queda do salário real e concentração da renda; processo inflacionário crescente e a queda do nível de vida dos assalariados urbanos – foram fatores que, aos poucos, minaram os efeitos da política conciliatória e cooptativa implementada por Jango" (Delgado: 191).

Para Lucflia Delgado, a resposta do movimento sindical com a deflagração de inúmeras greves no governo JK contradiz as análises que afirmam ter o PTB no período, por meio do Ministério do Trabalho, servido de instrumento exclusivo de controle (Delgado: 191).

Mesmo "controlado" pelo Ministério do Trabalho, o movimento siiidical exerceu, por força do seu crescimento, forte influência junto ao governo. Contudo, este processo de influência não foi suficiente para definir a política salarial do período. De acordo com Delgado, no governo JK desenvolveu-se uma contradição profunda: a influência dos sindicatos cresceu na mesma medida em que os ganhos do salário real diminuíram e a inflação atingiu níveis alarmantes (Delgado: 196).

Nada surpreende. Se o PTB, em aliança com o PSD, estava no poder e era governo, os sindicatos, mesmo atrelados ao Estado, não estavam no poder.

Nos anos 60, sobretudo a partir das eleições de 1962, o PTB emergiu com força no cenário nacional, passando a constituir a maior bancada no Congresso Nacional. Num clima de acirrada polarização ideológica, a alta fragmentação e o realinhamento das instituições partidárias se expressavam através das inúmeras frentes parlamentares, porta-vozes no Legislativo das organizações da sociedade civil.

De acordo com a análise de Lucília Delgado, a ascensão de João Goulart à presidência da República em decorrência da renúncia de Jânio Quadros representou para o PTB e para o movimento sindical uma nova tentativa de ruptura com o passado, semelhante às que haviam ocorrido em 1953, quando da nomeação de Goulart para o Ministério do Trabalho, e em 1954, quando da morte de Vargas. Neste novo contexto, ainda que de maneira débil, os sindicatos e o PTB tentaram superar os limites do corporativismo oficial (Delgado: 16).

No seio do movimento sindical, ganhava força uma tendência que, apesar da manutenção dos fortes vínculos com o Estado, fazia uso de sua infra-estrutura como fator de sua legitimação junto às respectivas bases e tentava criar uma alternativa para esta legitimação, pela defesa de propostas que questionavam as forças tradicionais do poder. Por meio dos sindicatos "oficiais", o movimento denunciava o pacto populista e negava o seu potencial de conciliação. Ou seja, "mesmo apelando para uma aliança com a burguesia nacional, os trabalhadores urbanos e rurais caminhavam concretamente para um afastamento em relação a esta fração de classe (...). Este dilema final característico da crise do populismo foi vivenciado em toda a sua complexidade pelo movimento sindical do período Goulart" (Delgado: 282-3).

Sem dúvida, no final do período havia uma exacerbação das lutas sindicais em torno das reformas de base. A aliança PTB-PCB, iniciada no segundo governo Vargas, se acelerou nessa época, e os "reformistas", quer petebistas quer comunistas, passaram a controlar a maioria dos sindicatos e suas organizações de cúpula.

Esta radicalização seria fatal para o PTB paulista, que se dividia claramente entre moderados (especificamente anticomunistas e esquerdistas) (Benevides: 126).

Com forte penetração nos aparelhos de Estado, os petebistas ao mesmo tempo que faziam uso desse instrumento para impulsionar o projeto reformista, reproduziam o empreguismo, o clientelismo e o fisiologismo (Delgado: 219).

Em última instância, segundo Delgado, o PTB jamais conseguiu superar sua marca de origem. O fisiologismo seria uma espécie de vírus moral inerente ao partido, que contaminaria todos aqueles que dele se aproximassem. Deste contágio não escapavam nem os comunistas, nem a nova geração de petebistas que havia se tornado hegemônica após a morte de Vargas. Esse grupo, "ao se aliar ao PCB e defender um programa de reformas sociais, tornou-se, porém, presa fácil do fisiologismo" (Delgado: 180).

A autora insiste no paradoxo entre reformismo e fisiologismo. Na direção dos órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho, os sindicalistas avançaram nas propostas reformistas e alternativas em relação aos padrões dominantes e, paradoxalmente, reproduziam os padrões clientelísticos tradicionais da relação sindicato-Estado (Delgado: 277).

Conforme as palavras finais de Delgado, a inter-relação governo-PTB-sindicato apresentava uma dupla face: por um lado, a da manutenção do clientelismo e do fisiologismo como uma das vertentes de sua realização e, por outro, a da superação de um padrão de relacionamento político inaugurado por Vargas e até então dominante. Essa superação do getulismo, que tinha como essência a implantação do projeto reformista, não chegou a vencer os vícios do

fisiologismo. Neste sentido, "a contradição entre os meios e os fins, isto é, entre o predomínio de uma prática tradicional e a busca de realização de objetivos políticos-sociais transformadores, foi um dos obstáculos intransponíveis para a realização desses mesmos objetivos" (Delgado: 289).

PTB: vanguarda ou retaguarda dos sindicatos?

Concordamos que a história do PTB foi, ao mesmo tempo, a história da construção de um projeto reformista e a da impossibilidade de construção desse projeto. Contudo, a impossibilidade de realizar o projeto não se deveu ao fisiologismo.

Sem dúvida, o PTB foi simultaneamente um partido getulista, clientelista, reformista, programático e pragmático. Neste sentido, a insistência no paradoxo entre fisiologismo e reformismo parece uma falsa questão. O fisiologismo não é uma característica intrínseca, peculiar apenas à história do PTB.

Certamente não foi o vínculo com o Estado que impediu o fortalecimento do partido. Se esse vínculo representou um "mal", ele também representou um "bem". Ao longo deste processo, o PTB cresceu e ocupou espaços importantes.

O problema maior estava na relação do PTB com os sindicatos, no desencontro entre os trabalhadores e o seu partido.

Assim como o PTB, os sindicatos também foram criados pelo Estado. Filhos de um mesmo pai, eles não eram, contudo, irmãos siameses. Cada qual teve uma trajetória particular. E, por isso, fica difícil recuperar a história do movimento sindical a partir da história do PTB.

Mesmo "controlada", a classe trabalhadora teve ganhos reais e o movimento sindical cresceu com Vargas e apesar de Vargas, com o Estado e apesar do Estado, com o PTB e apesar do PTB. Sempre num ritmo descompassado, o partido tentou seguir os passos do movimento sindical.

Na tentativa de se tornar vanguarda e não retaguarda do movimento sindical, o PTB avançou no seu projeto reformista, mas não se tornou um partido suficientemente forte para implantar a tão decantada república sindicalista. Entretanto, com Vargas e sem Vargas, o partido de Vargas foi uma força política expressiva na história do nosso país, justificando que a polêmica em torno do seu significado como instrumento de representação de classe trabalhadora permaneça atual, necessária e inesgotável, tanto na academia quanto nos meios políticos e sindicais.

Dulce Chaves Pandolfi é pesquisadora do Cpdoc/FGV.